

Concluir o Portugal 2020 é imprescindível



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

De acordo com o último relatório de execução do Portugal 2020, no final do segundo trimestre deste ano, a taxa global de execução dos fundos alocados ao nosso País situava-se em 64%, o que significa que se encontra por cumprir mais de um terço do atual quadro comunitário. Ou seja, até final de 2023, terão de ser aplicados os 9,3 mil milhões de euros que ainda não foram utilizados.

Este é um desafio decisivo, porque estes são recursos indispensáveis para alavancar o investimento e a competitividade, com um forte enfoque no desenvolvimento e na convergência das regiões mais desfavorecidas. O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem marcado a agenda mediática, mas o Portugal 2020 não pode ser ignorado. E, recordo, há poucos dias foi apresentado, pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, a Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020, que destacou o importante apoio destes fundos no

amortecimento da crise gerada pela pandemia, bem como um efeito global sobre a economia que permite multiplicar por três cada euro investido.

O papel do Setor é determinante para as metas estabelecidas, quer por via do seu papel na concretização dos investimentos planeados, quer pela relevância que lhe foi atribuída ao nível da própria Estratégia Europeia. E, como temos afirmado, o tecido empresarial está preparado para responder aos desafios. As nossas empresas têm capacidade e competências técnicas reconhecidas em todo o Mundo e, não obstante a crescente concorrência externa e todas as dificuldades geradas pela crise económica e, mais recentemente, pelas disrupções nas cadeias globais de produção e de fornecimento, que levaram à anómala subida de preços e escassez de matérias-primas e de materiais de construção, serão, uma vez mais, um importante motor do crescimento económico e do emprego.

Porém, para cumprir o Portugal 2020, ao qual se soma o exigente PRR é, acima de tudo, necessário um esforço coletivo e um amplo consenso em torno de uma rigorosa implementação do investimento. Também há que assegurar as soluções concretas que temos defendido para ultrapassar os constrangimentos conjunturais, como a falta de mão-de-obra, a necessidade de apoiar a capacitação e competitividade das empresas, ou as variações dos preços dos materiais. Desde logo, a proposta de OE'2022 tem de refletir esse compromisso por parte do Governo e de todos os partidos políticos.

2022 é um ano decisivo, e não há mais tempo para perder.

Para cumprir o Portugal 2020 é necessário um esforço coletivo e um consenso em torno de uma rigorosa implementação do investimento